

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo pode desbloquear até R\$ 15 bi em setembro.....	2
Título: Parlamentar norueguês quer Equinor fora do Brasil.....	4
Título: Energia, um futuro distópico?	5
Título: Destaques	8
Título: Curtas	9
Título: Distribuidoras alertam sobre efeito das leis invasoras	10
Título: Vitória no Distrito Federal dá nova esperança à Saesa	12
Título: Pagamento de dividendos da Braskem pode voltar ao debate	13
Título: Abiove defende compensação para produtor que não desmatar.....	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: ‘Dinheiro serve para fazer mais dinheiro’	16
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Privatize-se.....	18
VEÍCULO: O Globo.....	20
Título: Renegociação em Itaipu precisa ser transparente	20

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/08/2019****Seção: Brasil****Autor: Ribamar Oliveira | De Brasília****Título: Governo pode desbloquear até R\$ 15 bi em setembro**

A expectativa da área técnica do governo é que será possível fazer um descontingenciamento das dotações orçamentárias dos ministérios de R\$ 10 bilhões a R\$ 15 bilhões, de acordo com fontes ouvidas pelo **Valor**. O anúncio da liberação das verbas poderá acontecer no dia 22 de setembro, quando o governo encaminhará ao Congresso Nacional o relatório de avaliação de receitas e despesas primárias da União relativo ao quarto bimestre.

Para liberar os recursos e tirar os ministérios do atual sufoco financeiro, o governo conta com o crescimento da receita tributária e com o aumento dos dividendos das empresas estatais federais pagos ao Tesouro. Apenas em julho, a arrecadação de tributos federais (excluída a Contribuição para a Previdência) ficou cerca de R\$ 5 bilhões acima do que estava previsto no decreto de programação orçamentária e financeira. Com relação aos dividendos, a estimativa da receita poderá subir dos atuais R\$ 8 bilhões para R\$ 13 bilhões.

Outro caminho que está sendo avaliado é reduzir a despesa prevista com o aumento de capital de empresas estatais federais. A atual programação prevê um gasto de R\$ 10,2 bilhões da União com o aumento de capital de estatais. Se decidir reduzir este gasto, o governo poderá elevar as despesas de custeio dos ministérios. Em 2018, por exemplo, a despesa com a capitalização de estatais foi de R\$ 4,7 bilhões.

Todas as alternativas técnicas para reduzir o contingenciamento, que atingiu R\$ 34 bilhões, estão sendo avaliadas, pois o ministro da Economia, Paulo Guedes, não aceita propor uma mudança da meta fiscal deste ano, com a elevação do déficit primário. "Ele não quer nem ouvir falar nisso", disse uma fonte. Ao mesmo tempo, o Congresso Nacional não aceita aumentar impostos.

Ao divulgar a arrecadação de julho, na quinta-feira passada, a Receita Federal avaliou que os dados mostram sinais de recuperação da economia. Os recolhimentos de dez setores (entre eles, mineradoras, celulose, entidades financeiras e TI) apresentaram variação positiva. O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita, Claudemir Malaquias, disse que esses setores mostraram "recomposição da base tributária". A arrecadação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) apresentou um aumento real de 6,24%, indicando crescimento na contratação do crédito.

A avaliação do governo é que haverá uma intensificação da atividade econômica a partir de setembro, com a liberação dos recursos do FGTS e do PIS/Pasep. Algo em torno de R\$ 30 bilhões serão injetados na economia, reforçando o consumo e a produção. Com maior crescimento, a receita tributária também aumentará. Há ainda melhoria no mercado de trabalho, embora em ritmo lento. De janeiro a julho deste ano, o Caged mostrou a criação líquida de 461.411 novas vagas de trabalho.

No relatório do quarto bimestre, o governo não incluirá a arrecadação prevista com o mega leilão dos excedentes de petróleo dos campos que a União cedeu, de forma onerosa, à Petrobras. Isto não será feito mesmo que o Tribunal de Contas da União (TCU) conclua a tempo sua análise das regras do leilão e do próprio contrato que o governo e a Petrobras irão assinar.

O governo está dividido se inclui na previsão de arrecadação do relatório do quinto bimestre, a ser divulgado em 22 de novembro, a receita do mega leilão. Mesmo que ele seja realizado no dia 6 de novembro, como está previsto, os recursos só entrarão nos cofres do Tesouro no dia 27 de dezembro, poucos dias antes do término do exercício. Se as despesas já tiverem sido feitas e o dinheiro não entrar, a meta fiscal de 2019 não será cumprida. Se isto ocorrer, é possível abrir um processo de impeachment do presidente Jair Bolsonaro.

Há um entendimento no governo de que o atual valor de R\$ 85,2 bilhões para as despesas discricionárias afeta o funcionamento da máquina pública, prejudicando a oferta de bens e serviços à população - uma situação de "shutdown", como se diz na área técnica. Não pode, portanto, ser mantido. Neste ano, o corte das discricionárias decorreu da falta de recursos e não do teto de gastos da União.

A questão é que, para fechar a proposta orçamentária de 2020, que será enviada ao Congresso no próximo dia 31, o governo terá que propor um nível igual ou inferior para as despesas discricionárias por causa do crescimento das despesas obrigatórias. Em 2020, o problema será o teto de gastos.

Mesmo com a redução das discricionárias ao nível de "shutdown", as medidas de correção das despesas previstas na emenda constitucional 95/2016, que criou o teto de gastos, não podem ser acionadas pelo governo. "Os gatilhos não disparam", queixou-se uma fonte. A emenda 95 foi redigida de tal forma que não há meio do teto de gastos ser descumprido. Pois o governo é obrigado a apresentar uma proposta orçamentária dentro do teto, mesmo que as despesas discricionárias estejam em situação de "shutdown".

O governo está em negociando com os líderes políticos do Congresso mudança nas atuais regras fiscais, que permitam acionar as medidas de ajuste das despesas obrigatórias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniela Chiaretti e Rodrigo Polito | De São Paulo e do Rio

Título: Parlamentar norueguês quer Equinor fora do Brasil

O presidente da comissão de Energia e Meio Ambiente do Parlamento da Noruega, o liberal Ketil Kjenseth, declarou ontem à imprensa que o governo norueguês deveria pedir que a gigante de energia Equinor paralise os investimentos no Brasil. Segundo ele, seria uma forma de pressão para deter o desmatamento e os focos de incêndio na Amazônia.

O governo norueguês detém 67% da Equinor. Até 2018 a empresa se chamava Statoil. Kjenseth é do Partido Liberal, um dos quatro que compõem a base do governo.

A Equinor é uma das principais companhias com operações no setor petrolífero brasileiro, com destaque ao pré-sal da Bacia de Santos e em energia solar.

Considerando o portfólio atual, a expectativa da Equinor é atingir produção de 300 mil a 500 mil barris diários de petróleo em 2030 no país. Hoje produz entre 90 mil a 100 mil barris diários. Para isso, prevê investir US\$ 15 bilhões até 2030 no Brasil.

A Equinor é tida como uma das candidatas a disputar o mega-leilão do excedente da cessão onerosa, marcado para o início de novembro e por meio do qual o governo brasileiro espera arrecadar pouco mais de R\$ 100 bilhões.

O ministro da Indústria Torbjørn Røe Isaksen declarou que a proposta não irá adiante. "Não é relevante pedir às empresas norueguesas que parem de investir no Brasil. O governo acredita que um boicote econômico é contraproducente. O que precisamos são acordos e obrigações mútuas."

Em nota, a Equinor disse que "não se envolve em questões políticas ou decisões de países. No entanto ressalta que o Brasil é uma das três áreas principais" da empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/08/2019****Seção: Opinião****Autor: Paulo Pedrosa e Fillipe Soares****Título: Energia, um futuro distópico?**

A obra "1984", de George Orwell, escrita há sete décadas, segue afastando ideias totalitaristas, ainda mais agora quando a tecnologia faz parecer ingênuo seu "Grande Irmão". É assim que as distopias alertam sobre o que podemos estar semeando.

A inovação tecnológica desafia os modelos de negócio e traz para o setor de energia elétrica a perspectiva nova de distopia. Assim como ocorreu com o transporte público, as reservas de hotéis, o comércio online e a entrega em domicílio, os consumidores deverão ter cada vez mais voz e escolha no acesso à energia. Isso vai mudar o sistema, que só piora seu futuro ao tentar adiá-lo, apegando-se à premissa de que todos precisam estar conectados às redes e pagarão por tudo o que for incluído nas contas.

Não será fácil tirar esse elefante da sala. Até agora, em nome da energia barata, a lógica foi a de redução do custo de capital dos projetos. A obsessão é por diminuir os riscos, garantindo, por meio da regulação de monopólios naturais, a remuneração dos investimentos associados ao fornecimento de energia. Até na geração competitiva a visão de proteção permanece: os leilões para atendimento ao mercado regulado transferem compulsoriamente aos consumidores muitos dos riscos associados à produção de energia, como se todos, no limite, se tornassem "alugadores de ativos".

O resultado é que quem consome paga a conta e paga o pato. A venda de energia é muitas vezes viabilizada por subsídios, isenções e, para o mercado livre, por sobras do mercado regulado, comercializadas no curto prazo. Para piorar, os governos viram nos consumidores de energia uma fonte inesgotável de arrecadação e um atalho da ação do Estado ao lhes transferirem o custo de políticas públicas mascaradas nas tarifas - cobrando, inclusive, novos impostos sobre elas - movimento que tornou os governos agentes e sócios das elevações de custos.

Na última década, passamos a conviver com o paradoxo da energia barata e das contas caras. Ao mesmo tempo em que os leilões de expansão apontavam para

uma extraordinária redução dos preços da energia, os custos da gestão centralizada foram crescendo, especialmente os dos encargos implícitos e explícitos associados ao repasse do custo de esqueletos do passado, à segurança do sistema e sua operação, aos subsídios e aqueles decorrentes das ineficiências do mercado de energia e dos monopólios naturais de transmissão e distribuição.

O resultado dos leilões e a estrutura de encargos trouxeram distorções que se multiplicam ao desalinhar benefícios e custos da energia e seus atributos e estimular comportamentos oportunistas. As energias solar e eólica, por exemplo, compradas por menos de R\$ 80/MWh nos leilões regulados, adicionam custos sistêmicos escamoteados. Como essas fontes são intermitentes, usinas termelétricas, mais caras e mais poluentes, são acionadas para garantir o fornecimento e, de novo, a conta vai para o consumidor, juntamente com o pagamento pela compensação aos geradores hidrelétricos deslocados por sua produção.

Setor elétrico precisa abandonar as demandas pulverizadas que preservam benefícios insustentáveis

A questão é que o cenário do setor começa a mudar radicalmente e os consumidores reagem e questionam os altos preços finais das contas de energia. Isso porque descobrem que podem se beneficiar da redução exponencial dos custos de produção e armazenamento e das oportunidades dos subsídios e isenções do sistema. Por exemplo, os consumidores residenciais já começam a poder produzir sua energia e a estocá-la. E a arbitrar entre diferentes energéticos como os veículos bicomustíveis, elétricos e com bateria, que podem ser abastecidos por suas residências, ora podem abastecê-las.

Mais variadas ainda são as novas alternativas para consumidores comerciais e industriais. Para muitos deles, o custo da energia do sistema, em especial os encargos, já não cabem nos preços seus produtos e serviços. Com isso são levados a autoproduzir energia em suas instalações ou remotamente, deixando de pagar toda ou metade das tarifas de transmissão e distribuição e os encargos setoriais - que serão redistribuídos aos demais consumidores. A solução torna-se, assim, ainda mais atrativa.

Obviamente que esse admirável mundo novo traz um grande e velho problema: a concentração de renda, porque são justamente os consumidores de maior disponibilidade de recursos e maior conhecimento que conseguem se defender

do que foi sendo acrescentado à energia. À medida em que consumidores passam a comprar energia distribuída e incentivada ou simplesmente se desconectam da rede de distribuição, as sobras nas carteiras de contratos das distribuidoras serão pagas pelos demais consumidores, ou ofertadas a preços menores no ambiente livre, novamente em movimentos que estimulam novas saídas.

Essa espiral é agravada quando a expansão se dá por fontes subsidiadas e que tem custo de produção marginal zero, que impactam nos preços de liquidação de diferenças do mercado, reduzindo seus valores médios, o que por si só, também estimula migrações para o mercado livre, e novas sobras de contratos que se tornarão aumentos de custo para o mercado regulado. Neste cenário, os geradores de base, como hidrelétricas e termelétricas, terão dificuldade em assegurar recebíveis por meio de contratos de longo prazo, o que pode levar à cobrança de mais encargos.

Assim, nesse futuro distópico, aumentará de forma defensiva e auto-alimentada, a autoprodução nos mais variados e criativos modelos, suportados por subsídios, pela vantagem de não pagar as ineficiências do sistema, os extorsivos impostos e custos de políticas públicas associados à energia e por uma legítima necessidade de energia a preços competitivos.

Neste caso a discussão se assemelha muito à Previdência Social, onde ou todos os privilégios setoriais são mantidos levando ao colapso o orçamento da União, ou são rediscutidos pelo escrutínio da opinião pública. Como o país, o setor elétrico precisa amadurecer e se modernizar, abandonando as demandas pulverizadas que tentam preservar benefícios insustentáveis e empreender a agenda de modernização.

É preciso evitar essa trajetória de um "péssimo de Pareto", um jogo onde todos perdem. Nesse sentido, é animadora a abordagem de mercado que o governo está dando na criação do Novo Mercado do Gás Natural. O mesmo deve ser feito em relação à sua disposição de enfrentar os desafios da modernização do setor elétrico, com discussões que buscam uma transição sem ruptura para o cenário das novas tecnologias a partir do resgate da lógica econômica e a valoração e alocação adequada dos custos da energia e seus atributos.

É preciso reconhecer o novo poder e papel dos consumidores, acelerar as discussões e avançar para que o setor elétrico encontre seu equilíbrio eficiente antes que as perspectivas distópicas do mercado nos levem a flertar novamente

com a outra distopia: a do retorno da intervenção do governo, agora com o "Grande Irmão da Energia", que tudo definirá e tudo cobrará.

Paulo Pedrosa e Fillipe Soares são, respectivamente, presidente e diretor técnico da Abrace, Associação dos Grandes Consumidores de Energia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/08/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Itaúsa e Liquigás I

A Petrobras informou no sábado que o consórcio formado por Itaúsa, Copagaz e Nacional Gás Butano apresentou a melhor proposta de oferta vinculante para comprar a Liquigás, subsidiária da estatal distribuidora de GLP (gás de botijão), segundo o jornal "O Globo". A Petrobras explicou que, por ter apresentado a melhor proposta, o consórcio foi chamado para participar da fase de negociação dos contratos. A petroleira prevê fechar a operação de venda até novembro. De acordo com fontes do mercado, outros dois grupos, teriam apresentado proposta para a compra da Liquigás, o fundo árabe Mubadala e o consórcio GP Investments, Consigaz. A proposta do consórcio liderado pelo Itaúsa, teria sido em torno de R\$ 3 bilhões, segundo fontes do mercado.

Itaúsa e Liquigás II

Apesar de ser um ativo atrativo que significa a liderança no mercado de GLP, poucos grupos apresentaram propostas. De acordo com executivos do setor, o anúncio feito recentemente por autoridades do governo federal de que vai promover profundas mudanças no mercado de distribuição de GLP no país, como a venda fracionada do gás de cozinha e o fim das marcas, gerou muitas incertezas em relação ao futuro desse mercado.

Lançamentos de imóveis

Os lançamentos imobiliários cresceram 11,8%, no segundo trimestre, na comparação anual, para 30.607 unidades. Em relação ao primeiro trimestre, houve aumento de 96,1%. Os dados fazem parte do levantamento Indicadores Imobiliários Nacionais e serão apresentados hoje pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Na região Sudeste, a expansão anual foi de 35,5%, para 21.044 unidades. Houve incremento de 209,5% ante o volume lançado no primeiro trimestre, de acordo com a CBIC.

Leilão da Copel

A estatal paranaense de energia Copel realizará um leilão em 20 de setembro no qual oferecerá contratos de 15 anos para a compra da produção futura de projetos de geração eólica e solar de terceiros, informou à Reuters o presidente da Copel Energia, unidade de comercialização da companhia, Franklin Miguel. Ainda segundo a agência, o certame deve ser visto como boa oportunidade por diversos investidores que têm buscado viabilizar projetos de energia no Brasil, inclusive vencedores de leilões recentes do governo para novos empreendimentos, que deixaram parte da capacidade de produção de suas usinas descontratada para buscar contratos também no chamado mercado livre de eletricidade.

Minério reduz perdas

O minério de ferro acelerou os ganhos na sexta-feira, apesar da manutenção do pessimismo quanto à evolução da commodity no curto prazo. De acordo com a publicação especializada "Fastmarkets MB", o minério com teor de 62% negociado no porto de Qingdao, na China, subiu 4,02%, para US\$ 87,81 a tonelada. Com isso, a desvalorização em agosto foi reduzida a 25%, enquanto a alta acumulada no ano se aproximou de 21%.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	26/08/2019
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Curtas

Presidente deixa CCX

A CCX informou na sexta-feira, após fechamento do mercado, que Miguel Cesar de Araujo Pereira Burlamaqui apresentou sua renúncia ao cargo de diretor-presidente, para o qual havia sido reeleito em 30 de abril. Além dele, Fernando Teixeira Martins e Pedro de Moraes Borba renunciaram aos cargos de presidente e vice-presidente do conselho de administração, respectivamente. "A companhia esclarece que estão sendo tomadas todas as providências necessárias para a convocação de assembleia geral extraordinária com a maior brevidade possível, de modo a recompor a estrutura de administração da companhia", diz trecho do comunicado.

Linhão de Belo Monte

A State Grid concluiu testes de um linhão de transmissão de energia em ultra-alta tensão que conecta a hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, à região Sudeste,

antecipando em cerca de quatro meses o empreendimento, disse à Reuters um executivo da companhia na sexta-feira. A linha de 2,5 mil quilômetros, originalmente prevista para operação em dezembro, foi entregue ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que definirá como se dará a entrada em funcionamento, explicou o vice-presidente da Xingu-Rio Transmissora de Energia (XRTE), subsidiária da State Grid responsável pelo projeto, Paulo Esmeraldo. "A linha está pronta. Foi testada, energizada, as subestações foram testadas... todos esses testes foram realizados nos últimos dois meses, sendo os mais importantes na última semana, e eles demonstraram a viabilidade do projeto, que atendeu todas especificações técnicas", disse o executivo. "O sistema está pronto para ser operado pelo ONS... ao entrar de fato em operação, o sistema irá contribuir muito para o sistema elétrico nacional."

Petróleo em baixa

Os contratos do petróleo fecharam em queda na sexta-feira, após novo capítulo das disputas comerciais entre EUA e China. Os contratos futuros do Brent para outubro encerram a sessão em queda de 0,96%, cotados a US\$ 59,34 o barril. Os preço do WTI para o mesmo mês fecharam em baixa de 2,13%, a US\$ 54,17 o barril.

Eólicas da Eletrobras

A Eletrobras concluiu a transferência da participação detida em três Sociedades de Propósito Específico (SPE) para a Ventus Holding de Energia Eólica, atual razão social da J. Malucelli Gerenciadora de Projetos e Análise de Riscos. Em setembro de 2018, a J. Malucelli Energia arrematou os complexos eólicos Brasventos Miassaba 3, Brasventos Eolo, e Rei dos Ventos 3. Os ativos somam 187 megawatts (MW). A empresa detinha participação de 51% nas SPEs e adquiriu o restante. A Eletrobras recebeu valor atualizado de R\$ 178,2 milhões. A venda foi aprovada pelo Cade.

Consumo da Energisa

O consumo consolidado de energia da Energisa, considerando os mercados cativo e livre, cresceu 3% em julho na comparação com o mesmo mês de 2018, para 2.877,1 GWh. O desempenho foi impulsionado, principalmente, pela classe residencial (5.9%).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Distribuidoras alertam sobre efeito das leis invasoras

Neste mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade de uma lei criada pela Assembleia Legislativa da Bahia que proibia a cobrança, pela distribuidora de energia, da taxa de religação ao consumidor que teve o fornecimento cortado por inadimplência. Por seis votos a dois, a suprema corte julgou que a legislação baiana interferia no arcabouço legal relativo a uma concessão federal de serviço público.

Para as distribuidoras de energia, porém, a decisão vai além e é uma quebra de paradigma no entendimento do STF com relação ao que elas colocam como "leis invasoras". Trata-se de leis municipais e estaduais que interferem no marco regulatório do setor elétrico. A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) viu na decisão um importante precedente para outros 18 processos do tipo no tribunal que questionam a constitucionalidade dessas leis, que geram incerteza jurídica e podem ampliar os custos das elétricas na casa de bilhões de reais.

"Esta talvez seja a mudança mais circunstancial que já vivemos nos últimos anos, em termos de controle de competências, de segurança jurídica e de organização constitucional", afirmou Wagner Ferreira, assessor jurídico da Abradee.

No julgamento da ação de inconstitucionalidade da lei baiana, o relator, ministro Luiz Fux, disse que a norma afrontou regras constitucionais que atribuem à União a competência para explorar, diretamente ou por seus concessionários, os serviços e instalações de energia. Mas o voto do ministro Alexandre de Moraes é que foi considerado inovador. Segundo ele, a lei baiana interferiu no "núcleo da prestação do serviço concedido".

"Até então, o STF nunca havia dado esse passo a mais. O núcleo do serviço concedido é o contrato de concessão e aquela regulação específica que coordena a atividade concedida" disse Ferreira. "Ele [Alexandre Moraes] conseguiu exprimir um fundamento muito mais visível, muito mais claro e que tem todo o sentido dentro da compreensão constitucional".

O entendimento do STF trouxe ânimo às distribuidoras para disputas judiciais mais relevantes, como as que tratam de leis municipais que obrigam as concessionárias a aterram toda a rede de energia. O custo de uma rede subterrânea é oito vezes maior do que o da rede aérea. Por mais que seja bancado pela distribuidora, o valor será repassado ao consumidor.

O advogado do escritório Sergio Bermudes e representante da Abradee, Vitor Alves de Brito, diz que muitas vezes leis do tipo são criadas nos Estados e municípios visando atender a uma demanda local. Porém, infringem a concessão federal e podem prejudicar a modicidade tarifária. "A intensa produção legislativa no âmbito dos Estados e municípios causa insegurança jurídica a todos os agentes do setor elétrico, sujeitos à normatização federal", disse.

"Muitas vezes, o usuário do serviço de distribuição de energia é ludibriado por uma norma aparentemente protecionista, mas que reflete na tarifa, de modo inversamente proporcional ao benefício que lhe é proporcionado. A concessão federal demanda escolhas de uma política pública da União. Trata-se de uma concessão federal, por previsão constitucional", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Vitória no Distrito Federal dá nova esperança à Saesa

Uma decisão em primeira instância pode abrir um novo round na disputa de pouco mais de R\$ 1 bilhão entre a Santo Antônio Energia (Saesa), concessionária formada por Furnas, Cemig, Odebrecht, Andrade Gutierrez e FIP Amazônia, responsável pela hidrelétrica de mesmo nome, e um conjunto de distribuidoras. No mesmo dia em que sofreu uma derrota no Superior Tribunal de Justiça (STJ), a Saesa obteve, na última quarta-feira, vitória na Justiça Federal no Distrito Federal envolvendo o mesmo caso.

O imbróglio na Justiça começou em 2014. A concessionária alega que o cronograma de construção da usina foi afetado por greves no canteiro de obras entre 2009 e 2013. A empresa, então, apresentou pedido de excludente de responsabilidade pelo atraso, causado por motivos de força maior. Com isso, a Saesa estaria desobrigada do cumprimento do contrato com as distribuidoras no período relativo aos dias afetados.

Nesse caso, as distribuidoras deveriam comprar energia no mercado de curto prazo para atender à demanda descoberta. O custo seria repassado ao consumidor por meio de reajustes tarifários. Os valores atuais superam R\$ 1bilhão.

As distribuidoras, por sua vez, alegam que a Saesa havia planejado antecipar o início da operação da usina, para vender a energia relativa a essa antecipação no mercado livre. Com a greve, no entanto, a antecipação foi menor que a prevista. A ideia da Saesa então seria manter o contrato no mercado livre e reduzir o contrato com as distribuidoras, que seriam obrigadas a comprar energia no mercado de curto prazo.

A Saesa chegou a ter duas liminares, em ações distintas, protegendo-a do cumprimento do contrato. Mas as liminares foram derrubadas pelo STJ. A concessionária entrou com uma terceira ação, com base na publicação da Lei 13.306/2016 e no entendimento de que são reconhecidos como excludentes de responsabilidade todas as ocorrências de caso fortuito ou força maior, incluindo greves.

Na quarta-feira, o STJ rejeitou agravo movido pela Saesa, que buscava revalidar liminar que a isentava da responsabilidade pelo atraso no cronograma da usina. Mas o juiz federal Marcelo Albernaz, da 21ª Vara da Justiça Federal no Distrito Federal, julgou o mérito favorável à concessionária.

Na prática, continua valendo a última decisão do STJ, que impede que a Saesa repasse o custo para distribuidoras. Porém, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) ou STJ podem confirmar o mérito julgado na primeira instância. A Saesa também pode recorrer da atual decisão do STJ em relação à liminar.

A Saesa informou que a derrota no STJ não traria efeito negativo para seu caixa, e não implicaria desembolso financeiro. Na época, a empresa adquiriu energia no mercado de curto prazo, de R\$ 600 milhões, para honrar o compromisso com as distribuidoras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 26/08/2019

Seção: Empresas

Autor: Stella Fontes | De São Paulo

Título: Pagamento de dividendos da Braskem pode voltar ao debate

O pagamento de R\$ 2,67 bilhões em dividendos da Braskem, proposto pela direção em março, pode voltar a ser analisado nesta semana, apurou o **Valor**. Contudo, dificilmente se decidirá pela distribuição de 100% do lucro, conforme previsto inicialmente, por causa da piora do ciclo petroquímico nos últimos meses e das ações judiciais relacionadas à extração de sal-gema em Alagoas.

Para que o processo de decisão sobre o dividendo seja retomado, é preciso que a administração da petroquímica reapresente uma proposta ao conselho de administração, que irá deliberar sobre o assunto. Isso poderia ocorrer ainda

nesta semana. Então, será necessário convocar uma assembleia geral extraordinária (AGE) - entre a convocação da assembleia e o pagamento efetivo, o período transcorrido seria de 45 dias.

A retomada das discussões foi possibilitada pela decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, de manter a liminar que autorizava a Braskem a seguir adiante com o pagamento, mediante a apresentação de seguro-garantia de igual valor. O seguro já foi oferecido pela Braskem.

O pedido de suspensão do pagamento de proventos foi feito pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, depois que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) liberou a distribuição de lucros proposta pela direção da companhia. Questionada há alguns dias sobre a possibilidade de retomada das discussões sobre a proposta, a Braskem informou que o tema ainda será avaliado. "A companhia considera diversos fatores, inclusive o cenário econômico, petroquímico, a política de dividendos (que é pública) e a posição de caixa."

A petroquímica informou ainda que discorda de pontos do laudo apresentado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que relacionou o afundamento do solo em bairros de Maceió à extração de sal-gema, usado na produção de cloro-soda e PVC, pela Braskem. "Tais discordâncias também foram verificadas por instituições externas. Não há, até o momento, comprovação técnica sobre as causas dos eventos geológicos dos bairros, o que é fundamental para a definição das soluções", informou.

Há dez dias, o Ministério Público Federal (MPF) iniciou nova ação civil pública contra a petroquímica, que também tem como alvos Odebrecht, Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), União, Agência Nacional de Mineração (ANM), Estado de Alagoas e Instituto de Meio Ambiente (IMA) de Alagoas. O MPF pede indenização de R\$ 20,5 bilhões e a proibição da distribuição de lucros pela companhia, entre outras dezenas de pedidos. A Justiça ainda não se manifestou sobre o pedido.

O valor foi considerado "exagerado" por fontes ouvidas pelo **Valor**, o que poderia levar a uma negativa parcial da Justiça alagoana ao pedido formulado pelo MPF. O valor mínimo de R\$ 20,5 bilhões proposto na ação leva em conta, entre outros fatores, o custo relacionado ao preenchimento das cavidades de extração do sal-gema com cimento, estimado em R\$ 15 bilhões (por aproximadamente 12 bilhões de litros do material).

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 26/08/2019****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Abiove defende compensação para produtor que não desmatar**

Embora as atenções da opinião pública internacional estejam neste momento voltadas ao desmatamento na Amazônia, as discussões continuam a extrapolar as fronteiras do bioma. E, enquanto na Amazônia continua a vigorar a moratória da soja - pela qual os maiores compradores baniram aquisições de áreas desmatadas após 2008 -, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) defende que, fora da Amazônia, a estratégia deve ser diferente, com estímulo financeiro para que produtores ampliem sua produção em áreas já abertas.

"Precisamos manter protegidas as exportações de soja do Brasil, que são as que mais crescem no mundo, e garantir renda para o produtor", afirmou, em entrevista ao **Valor**, André Nassar, presidente da Abiove, que reúne companhias globais como as "ABCD" (ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company), além de outras múltis, como a chinesa Cofco, e da brasileira Amaggi.

Contrário a uma moratória para o Cerrado, Nassar defendeu que os produtores que estejam dentro da lei - com autorização de supressão de vegetação obtida junto aos órgãos ambientais e seguindo as regras do Código Florestal - possam ser "recompensados" por não desmatar. "Para quem está na legalidade, é preciso dar um incentivo e estimulá-lo a colocar seu apetite em área já aberta", afirmou ele.

Essa recompensa seria uma forma não apenas de preservar os mercados conquistados pelo Brasil, mas também de garantir que as exportações brasileiras de soja, que têm sido beneficiadas pelas disputas comerciais entre China e Estados Unidos, continuem em franca expansão.

E essa recompensa precisaria ser equivalente à renda que a soja oferece ao produtor, alertou. Além disso, a indústria também precisaria saber a origem da soja, identificando quais fornecedores estão realizando desmatamento dentro ou fora da lei.

Uma política pública que aplica o conceito de "pagamento" por serviço ambiental é o RenovaBio. O programa, criado em 2017 para aumentar a fatia

dos biocombustíveis na matriz dos transportes, e que deverá começar a operar no próximo ano, prevê que os produtores de biocombustíveis recebam um valor por parte dos compradores (as distribuidoras de combustíveis) proporcional à quantidade de emissões de gases-estufa evitada quando seu uso substitui os combustíveis fósseis concorrentes.

Entre os países importadores, sobretudo europeus, o debate sobre o desmatamento já vinha crescendo antes das discussões sobre as queimadas na Amazônia dominarem o debate público nos últimos dias. Em 23 de julho, a Comissão Europeia divulgou um documento aos membros da UE com ações para a proteção de florestas. O documento prevê, por exemplo, a avaliação de impactos de acordos comerciais em desmatamento, assim como a criação de incentivos para países produtores realizarem o manejo sustentável de suas florestas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 26/08/2019

Seção: Economia

Autor: Renato Jakitas

Título: 'Dinheiro serve para fazer mais dinheiro'

Finanças Pessoais -

ENTREVISTA - Luiz Barsi, maior investidor individual brasileiro

Com patrimônio de quase R\$ 2 bilhões, o paulistano aposta em ações dos setores de energia e celulose

Maior investidor individual do Brasil, o paulistano Luiz Barsi, de 80 anos, encara a linha vermelha do metrô duas vezes por dia, de segunda a sexta-feira. De manhã, sai do Tatuapé, onde mora, até a Estação Anhangabaú, onde trabalha – fazendo o caminho de volta no fim da tarde. Na última sexta-feira, 23, quando conversou com o Estado, seu patrimônio na Bolsa beirava os R\$ 2 bilhões. Mesmo assim, estava vestido de calça jeans, sapato social preto de R\$ 200 e uma camisa comprada no Centro. Com cinco filhos e no terceiro casamento, não usava aliança, “não gosto de joia pendurada”. O único adereço era um relógio sem marca, com pulseira de couro preta, ponteiros e marcadores dourados. “Dinheiro não é para gastar, só serve para fazer mais dinheiro”, diz. Apelidado de “Rei da Bolsa”, Barsi desenvolveu há 46 anos sua Carteira de Previdência, que consiste em comprar ações que pagam bons dividendos para segurá-las, independentemente de sua cotação. Os dividendos são parte do lucro das empresas distribuído periodicamente aos acionistas. Geralmente, empresas que

são boas pagadoras estão em estágio de crescimento avançado, não necessitando de tantos investimentos para financiar sua expansão. A carteira de Barsi tem 12 empresas, que ele mantém há anos, algumas há mais de três décadas. “Eu não invisto em ações da Bolsa. Eu compro participações em empresas com bons projetos. Gosto de companhias tradicionais e só compro as ações quando os preços estão em queda, nunca em alta.” Confira abaixo os principais trechos da entrevista.

Depois de superar o patamar de 100 mil pontos, a Bolsa voltou a cair, influenciada pela guerra comercial. No momento em que conversamos, o Ibovespa está em 97 mil pontos. Como o investidor Luiz Barsi se comporta em momentos de volatilidade como nos últimos dias?

Como se não estivesse acontecendo nada. As pessoas não ganham dinheiro na Bolsa porque ficam preocupados com esses 97 mil pontos, 100 mil pontos. Isso não vale nada. Primeiro porque você não compra o índice, compra as ações. O índice é uma carteira teórica com 64 ações. Se as cinco principais ações subirem e o resto cair, o índice vai dizer que o mercado subiu. Eu nem tomo conhecimento desse índice.

E como toma suas decisões de investimento?

Presto atenção nos projetos das empresas. Hoje tenho 12 papéis em meu portfólio. Ações que eu não vendo. O mais antigo é do Banco do Brasil, que está comigo há 32 anos. Sabe quantos anos tem o Banco do Brasil? Tem 200 anos. O segundo mais antigo é da Klabin. Sabe quantos anos tem a Klabin? Tem 120 anos. Eu sou sócio dessas empresas, que pagam bons dividendos. A Klabin paga bem para mim e garante a vida da família controladora há 50 anos. Circunstancialmente, eu posso ter um ou outro papel, mas que não faz parte da Carteira de Previdência. Muitas vezes aparece uma oportunidade boa de mercado para comprar, vislumbrar uma subida boa, então eu compro para me alavancar e depois vender, injetando mais dinheiro nas minhas 12 empresas.

Como está distribuído seu patrimônio hoje?

Está tudo em ações. Não tenho dinheiro em renda fixa, que no Brasil deveria se chamar perda fixa. Hoje meu dinheiro está em projetos de energia elétrica, celulose e papel, setor financeiro e cloro e soda, com a Unipar. Eu não compro para fazer como a maioria. Você sabe qual é o longo prazo da maioria das pessoas que operam no mercado? Quinze minutos no máximo. Eles não compram ações, compram batata quente. Compram ação e já querem vender. Eu aprendi a administrar a ansiedade. Sempre haverá uma ação, dez ou quinze que estarão em um bom momento, com uma boa oportunidade. O mercado de ação no Brasil não é de risco, mas de oportunidades.

E como reconhecer essa oportunidade?

Quando a empresa mostra para você um bom projeto que ela ainda não conseguiu completar e está em um momento de recuperação.

Por exemplo?

Eu avalio há algum tempo o projeto da Paranapanema, que foi uma empresa canibalizada pelo Partido dos Trabalhadores, como foi Petrobrás, Eletrobrás. Alguns acionistas, entre os quais Previ, Petros, Caixa, que tinham dinheiro lá, resolveram colocar gestores competentes para recuperar a empresa. Esses gestores fizeram um projeto de recuperação, que li na integridade. Cheguei à conclusão de que era um bom projeto para os próximos quatro anos. Isso aconteceu há três anos. O papel custava R\$ 0,80. Hoje custa R\$ 40. Na própria Eletrobrás tenho uma boa quantidade de ações. Comprei na época em que a Dilma publicou a Medida Provisória 579, quando tentou reduzir o custo da energia elétrica por decreto. Na época, se eu encontrasse a Dilma, daria uma beijo nela. Porque a Eletrobrás caiu a R\$ 4 e comprei. Hoje ela custa mais de R\$ 50. Essa é a oportunidade, porque a Eletrobrás não vai quebrar nunca.

Críticos de sua estratégia dizem que comprar ações pensando em dividendos é uma boa ideia, mas para quem já tem muito dinheiro. O que diz sobre isso?

Eu não tinha dinheiro no início. Morava em um cortiço no Brás quando era pequeno. Você precisa olhar a Bolsa como um projeto de longo prazo, lá para frente. Quando comecei, comprei 100 ações por centavos, depois mais 200 ações. Comprava todos os meses. Em 10 anos eu já estava aposentado, independente financeiramente, só com o dinheiro que recebia mensalmente dos dividendos. Não conheço ninguém que ganhou dinheiro especulando na Bolsa, que ganhou dinheiro comprando opções, que ganhou dinheiro com estratégias de alavancagem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 26/08/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Privatize-se

Governo lança plano tímido de desestatizações; venda dos Correios, a mais importante da nova lista, dependerá de definições regulatórias

O governo anunciou um plano de venda de estatais ainda preliminar e tímido diante das expectativas criadas. Mais nove empresas passam a constar da lista, mas, fora isso, pouco mais se sabe sobre prazos, procedimentos e regulação.

Ainda assim, cumpre observar que, enfim, algo se move para a privatização de estatais diretamente controladas pelo Tesouro Nacional — até aqui, basicamente só avançou neste ano a alienação de subsidiárias da Petrobras.

Segundo o mais recente boletim oficial, o governo possuía até abril 133 empresas, das quais 87 subsidiárias de Petrobras (34), Eletrobras (30), Banco do Brasil (16), BNDES (3), Caixa Econômica Federal (3) e Correios e Telégrafos (1).

Desse grupo de grandes companhias, a Eletrobras já tem sua desestatização planejada desde o governo Michel Temer (MDB). Agora, propõe-se também a venda dos Correios. Esta, sem dúvida, será bem-vinda — e o esbulho sofrido pela companhia ao longo dos anos petistas não é o único exemplo dos males do controle estatal.

Há, porém, decisões importantes a tomar. Especula-se, por exemplo, que a empresa venha a ser cindida em uma operação de logística e encomendas, como qualquer outra do ramo, e uma de serviços postais, ainda pertencente à União.

Na hipótese de privatização integral, restará definir como assegurar os serviços públicos prestados pela estatal, caso da entrega de correspondência em rincões do país.

Existem dúvidas similares sobre o destino de Serpro e Dataprev, que prestam serviços de tecnologia de informação, armazenamento e processamento de dados.

Lidam, nessa condição, com informações sensíveis ligadas a Previdência Social, carteiras de motorista, multas e registros fiscais, entre outros exemplos. Não está claro se haverá monopólio ou concorrência em tais atividades.

Nota-se, pois, a necessidade de cautelas regulatórias. Além do mais, o Congresso terá de aprovar a venda de certas empresas. Parece muito improvável que o processo esteja concluído até 2020.

No mais, será privatizada a controversa Companhia Docas do Estado de São Paulo, palco de muitas irregularidades, além dos portos de São Sebastião e do Espírito Santo. A empresa de chips Ceitec já vai mais do que tarde.

Observam-se ausências gritantes na lista de privatização. Entre elas, a Valec, de construção e administração de ferrovias, inepta e envolvida em corrupção. O inchaço e fracasso de audiência da EBC, de rádio e TV, pedem solução urgente.

É preciso, enfim, dar um destino a pelo menos outra dúzia de empresas, que não têm função pública, apenas absorvem recursos escassos ou são empecilhos ao funcionamento do mercado.

Para um governo que se alardeia liberal, o plano de desestatização ainda caminha de modo lento.

VEÍCULO: O Globo

Data: 26/08/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Renegociação em Itaipu precisa ser transparente

Retomada da negociação ocorre entre equipes técnicas, como deveria ter sido desde o início

Brasil e Paraguai retomaram as negociações sobre a contratação de energia de Itaipu. Espera-se que, desta vez, sejam conduzidas em bases técnicas, sem precipitações de governos ou interferências indevidas derivadas de interesses políticos e privados.

É necessário bom senso. Itaipu é um assunto de Estado, sempre prioritário. Trata-se de obra diplomática que pacificou a fronteira Sul e a transformou numa zona economicamente próspera, com dividendos para os dois países.

Para o Brasil, a usina é garantia de suprimento de 15% das necessidades energéticas. É a principal fonte de abastecimento do parque industrial das regiões Sul e Sudeste.

Para o Paraguai, tem outra dimensão. Responde por dois terços do Produto Interno Bruto. Despeja US\$ 1 bilhão por ano na economia local, equivalente ao total de impostos das 500 maiores empresas paraguaias.

Itaipu tem a peculiaridade de ser uma empresa binacional. Pelo acordo, cada dólar gasto em um lado da fronteira deve, obrigatoriamente, corresponder ao dispêndio de um dólar na outra margem do Rio Paraná.

A negociação atual dos contratos é preparatória à revisão das condições estabelecidas no Anexo C do tratado de construção da usina há 43 anos. É uma fase de transição.

O Brasil quis acelerar essa etapa, com definições para a revisão de preços em 2023. Pressionou pela celeridade, no final do governo Temer, quando decidiu suspender uma fatura de US\$ 54 milhões relativa à compra de energia.

O governo Bolsonaro manteve a pressão, natural numa negociação comercial, mas se precipitou na tentativa de reduzir o custo da energia comprada pelo Brasil. Um pré-acordo foi assinado em maio. Veio a público no Paraguai, onde prevaleceu a interpretação de que favorecia o Brasil e lesava interesses paraguaios.

O governo de Mario Abdo Benítez, há um ano no poder, quase foi derrubado pela oposição, que conseguiu unir e mobilizar o país em manifestações de rua. Diante da reação, que incluiu protestos diante da embaixada brasileira, Abdo Benítez anunciou a decisão unilateral de cancelar o pré-acordo assinado.

A retomada da negociação agora ocorre entre equipes técnicas, como deveria ter sido. O fracasso anterior impõe a exigência adicional de que transcorram em absoluta transparência, sem subterfúgios e, muito menos, interferências indevidas, como se viu na tentativa de conceder a uma empresa privada brasileira o monopólio na comercialização de uma cota paraguaia (300 MW) da energia gerada—algo que é inviável pelos termos do tratado.

Itaipu é um monumento político à paz na fronteira Sul, erguido na memória de uma guerra devastadora (1864-1870). É assunto de Estado entre Brasil e Paraguai. Não importam as circunstâncias, muito menos os governos, não se pode e nem se deve relevar esta premissa.

MME / ASCOM .